

# Boletim Internacional



Ano VI nº 02 31.01.2006

## Fórum Sindical : Rumo à unidade

Fórum sindical das Américas dá passo importante rumo à unidade

Movimento sindical das Américas dão mais um passo rumo à unidade. Objetivo é fundir as duas maiores entidades do continente em uma nova organização, seguindo a linha do que acontece em âmbito global. Mas ainda há diferenças a ser resolvidas.

Em uma guerra, o avanço e o fortalecimento de um exército quase sempre gera o reagrupamento das tropas e a unificação dos oponentes, que vêm na união a única forma de resistir e buscar



mudar o rumo da disputa. É o caso do movimento sindical, que após décadas de rachas e divergências busca construir unidade em ações e instâncias como forma de barrar a ofensiva do imperialismo e do neoliberalismo, que vem promovendo a destruição progressiva dos direitos laborais e do próprio sentido do trabalho. O novo passo deste processo foi o **Fórum Sindical das Américas**, promovido nos dois primeiros dias do capítulo do Fórum Social Mundial 2006 que acontece em Caracas.

O encontro reuniu as duas principais organizações sindicais do continente, a Organização Interamericana de Trabalhadores (ORIT) e a Central Latino-americana de Trabalhadores (CLAT), além de centrais e correntes sindicais independentes de diversos países, como a Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) e a Central de Trabalhadores de Cuba (CTC). Segundo **Rafael Freire**, diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade brasileira que abriga a secretaria da ORIT no momento, o Fórum Sindical as Américas trabalhou com o desafio do movimento sindical na construção de três cenários.

O primeiro é o processo de construção da unidade sindical em nível regional e global para o desenvolvimento de lutas comuns. De acordo com o representante da CUT, a primeira parte de um processo que pretende desembocar na criação de uma única entidade passa primeiramente por construir uma unidade de ação baseada em pontos que unifiquem as organizações, mesmo que não chegue ao nível de unir linhas sindicais divergentes no plano nacional. Na opinião de Freire, o primeiro passo para a construção deste programa conjunto foi a definição pela ORIT e pela CLAT de uma **Plataforma Laboral das Américas**.

O documento, já divulgado aos governos brasileiro, argentino e uruguaio, faz uma leitura do contexto da conjuntura política e social e dos direitos trabalhistas e sindicais da região. Os principais pontos da plataforma são o estabelecimento de um comércio justo e regulado em detrimento do livre comércio, a integração dos países, a defesa de um programa que defendendo os direitos laborais e o direito à organização sindical e as demandas específicas das mulheres trabalhadoras. "A plataforma é importante por que pela primeira vez temos um programa unificado do Canadá até a Argentina. Os 35 países das Américas estão contidos neste processo".

Para este ano, as bandeiras prioritárias devem ser a defesa da integração e a defesa dos direitos sindicais, que vêm sofrendo duros ataques em todos os países. "Há lugares na América Central onde o movimento sindical é tratado como caso de Polícia", comenta **Rafael Freire**. "Aqueles iniciativas para integrar a América Latina, como a Comunidade Sul-americana de Nações, a discussão sobre inclusão da América Central no bloco e a tentativa de reativar a Associação Latino-americana de Integração, bem como a organização regional por setores da economia, como os bancários e metalúrgicos está em nossa agenda sindical", completa **Victor Baez**, secretário-geral da ORIT.

O segundo cenário trabalhado pelo fórum sindical foi a construção de alianças com outros atores da sociedade civil e o comportamento do movimento sindical em relação à luta contra o livre comércio e à Alca. De acordo com **Rafael Freire**, a idéia é que o movimento sindical se una a outras forças

sociais para dar potência à luta contra o livre comércio nas Américas, fortalecendo redes conjuntas já criadas, como a Aliança Social Continental, (espaço congrega entidades sindicais e movimentos sociais da região). “Este fórum confirma uma política nossa dentro da CUT que defendemos dentro da ORIT que é cuidar para que o movimento sindical não se isole frente ao que acontece nas Américas e atuar junto a outros movimentos para resistir aos ataques e propor alternativas”, explica Freire.

### Fusão

O terceiro cenário e centro da discussão foi o debate sobre a criação da nova central sindical mundial. O processo teve início no ano passado, quando foram intensificadas as conversas entre as duas maiores entidades sindicais das Américas. Em Mar Del Plata, na Cúpula Alternativa das Américas realizada em novembro último, esboçou-se um diálogo mais próximo com a realização de uma reunião unificada, congregando as entidades que estiveram no Fórum Sindical finalizado ontem. Após o contato inicial no Uruguai, a idéia era que o evento de Caracas servisse para estreitar os laços, permitir a identificação das maiores divergências e iniciar o esboço dos parâmetros da unidade pretendida.

O processo patrocinado por ORIT e CLAT segue o movimento de suas respectivas organizações mundiais: a Confederação Interacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e da Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT). A Criação da entidade sindical mundial está marcada para acontecer em um congresso a ser realizado este ano em Viena, na Áustria. As Américas participam disso e a idéia é que um ano depois suas representações sindicais sigam o exemplo se fundindo em uma só entidade. Além de ORIT e CLAT, a nova entidade interamericana também congregaria entidades hoje independentes, como a Confederação dos Trabalhadores Argentinos (CTA) e a CGTP do Peru.



Um outro setor que está sendo atraído para o processo são os sindicatos que historicamente se organizam em torno da Federação Sindical Mundial (FSM), rede criada pelos países do velho bloco socialista. “Estamos construindo um diálogo permanente com este setor dos comunistas para integrar esta nova central. Se não for possível, por conta das diferenças históricas, tentaremos uma unidade de ação”, conta **Rafael Freire**. “Não podemos forçar o processo unitário quando não é possível. Hoje é mais fácil obter avanços no âmbito internacional do que no plano nacional. Temos de avançar na unidade possível”, falou em tom mais cauteloso **Eduardo Estévez**, da CMT.

Os grandes obstáculos para que este fato inédito se concretize dizem respeito à abrangência territorial e à base do que seria esta nova organização. Em relação ao primeiro ponto, ORIT e CLAT divergem pelo fato da primeira defender uma entidade de todas as Américas enquanto a segunda quer um Alcance apenas Latino-americano. Quanto ao segundo ponto, a ORIT abriga apenas centrais sindicais enquanto a CLAT tem em sua base também correntes sindicais (grupos políticos organizados que disputam as centrais sindicais). Outro tema que tem gerado tensões é o arranjo de poder dentro da direção da nova entidade unificada. A ORIT possui cerca de cinco vezes mais filiados que a CLAT, motivo de receio por parte desta última quanto ao peso que vai ocupar no que seria a direção da nova entidade.

### Resultados positivos

Apesar dos nós difíceis de desatar para criar uma entidade unificada, os organizadores do Fórum Sindical das Américas avaliaram positivamente o evento. “Isso é um novo patamar por que no passado tivemos muitas divisões por causa da guerra fria mas ela acabou e precisamos superar estas divergências”, avalia Victor Baez. “Não houve centralidade das divergências internas do sindicalismo venezuelano, como tínhamos, e o debate conseguiu cumprir seu objetivo de discutir as problemáticas em nível regional e mundial. Acho que ao final todos os presentes entenderam o recado da unidade”, afirma **Eduardo Gallo**, da CLAT.

Na opinião de **Rafael Freire**, a realização do Fórum Sindical avançou nos debates internos ao criar um ambiente político de mais confiança entre atores do movimento sindical que não aceitavam sentar em uma mesma mesa e que passaram a formular saídas de forma conjunta neste espaço. Ele destaca também o fato do encontro ter acontecido dentro do FSM 2006, pois coloca o debate sobre os rumos do movimento sindical dentro dos marcos e das lutas do FSM e dá uma sinalização clara contra o isolamento deste segmento. “Embora ser um fórum sindical ele está no contexto do FSM e isso vai ao encontro da proposta de extrapolar as fronteiras do sindicalismo”, completa Eduardo Gallo. (Jonas Valente) (*Carta Maior*, 29.01.2006)

# Integração solidária na América Latina

## Grande número de participantes revela interesse do público pela questão

Em parceria com o Instituto Maurício Grabois e a Frente Cívico-Militar Bolivariana, a Fundação Perseu Abramo realizou o seminário "Integração Solidária: caminho para o desenvolvimento da América Latina", na tarde do dia 26 de janeiro, no teatro Teresa Carreño, em Caracas, na Venezuela, durante o Fórum Social Mundial policêntrico de 2006. Abordando um dos pontos altos de discussões do FSM 2006, o evento contou com a participação de cerca de 350 pessoas, que lotaram o teatro, deixando um bom número de pessoas de fora, o que constata o interesse do público pela questão, principalmente entre os venezuelanos, que eram maioria entre os presentes.

Bastante representativa, a mesa foi composta por Ricardo Alarcón, presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular em Cuba; Rafael Correa Flores, secretário geral do Parlamento Latino-americano; Luis Cabrera Aguirre, assessor da Frente Cívico Militar da Venezuela; Hugo Yasky, secretário de Formação da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA); Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência do Brasil; Valter Pomar, secretário de Relações Internacionais do PT; Selma Rocha, diretora da Fundação Perseu Abramo; Adalberto Monteiro, presidente do Instituto Maurício Grabois (IMG); e José Reinaldo de Carvalho, secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Ricardo de Azevedo, vice-presidente da Fundação Perseu Abramo, fez avaliação bastante positiva do seminário e destacou o consenso entre as intervenções dos participantes. Para ele, essa integração entre a América Latina deve contar com ações não só dos governos, mas também das organizações sociais e partidos políticos e deve se dar em todos os âmbitos - econômico, social, político e cultural.

É importante destacar a importância do Brasil, sob o comando do governo Lula, nesse processo de integração, pelo peso que o país representa para a América Latina, destaca Ricardo. Porém, "as particularidades de cada país são importantes no processo. Todos têm um papel importante", lembra ele. O governo brasileiro, por sua vez, deve ser lembrado por sua atuação direta em momentos de crise, por exemplo, na Venezuela e Bolívia, e principalmente por sua contribuição impulsionando o Mercosul e a Comunidade Sul-Americana das Nações.

Outro fator importante para a integração solidária são as recentes vitórias da esquerda nas eleições de Evo Morales, na Bolívia e de Michelle Bachelet, no Chile. "Até então, havia 4 países engajados no processo de superação do modelo neoliberal - Brasil, Venezuela, Argentina e Uruguai. Agora, com certeza, temos a inclusão da Bolívia e abrem-se possibilidades para o Chile somar-se ao processo".

Com todos esses avanços da esquerda na América Latina, fica cada vez mais próximo o objetivo de que ela se consolide como um pólo - econômico, social, político e cultural - consistente. Na opinião de Azevedo, para atingir essa consolidação é necessária uma ação mais concertada entre os governos e movimentos sociais desses países, além da ampliação do grupo, com inclusão de outros países. Nesse sentido, as eleições que irão acontecer esse ano no Peru e no México serão importantes, "principalmente no México, que atualmente desempenha o papel de fiel cão de guarda do neoliberalismo", ressalta Ricardo. (*Fundação Perseu Abramo, 29.01.2006*)

## CUT debate meio ambiente e empregos

Os trabalhadores, o meio ambiente e a pobreza - foi o tema do seminário realizado pela CUT, ao lado da central sindical da África do Sul (Cosatu) e das Comissões Operárias da Espanha (CCOO) durante o Fórum Social Mundial, em Caracas. De acordo com o coordenador da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT, Temístocles Marcelos, o encontro cumpriu seu objetivo, "ampliando o debate sobre o conceito de meio ambiente no movimento sindical internacional, de forma que haja uma complementaridade entre a temática ambiental, a geração de postos de trabalho e a redução da pobreza".

A experiência acumulada pelas três centrais, frisou Temístocles, demonstra a importância de estender esta análise e envolver o conjunto das organizações ambientais. "Só assim teremos capacidade de intervenção em temas-chaves e estratégicos, como as mudanças climáticas, a gestão das águas e a energia - ameaçadas pela privatização - os riscos químicos e a necessidade de mudanças no atual padrão de consumo ditado pelos países centrais. A manutenção desse padrão levaria ao esgotamento dos recursos naturais do planeta, é insustentável", sublinhou.

Para Temístocles, o fundamental agora é construir uma agenda para fazer com que estas discussões sejam levadas ao conjunto dos países, tendo como base as organizações sindicais, a fim

de mobilizar a sociedade e influenciar nos organismos multilaterais da ONU. Com esta compreensão, frisou, "realizaremos em São Paulo, no mês de abril, uma Conferência Latino-Americana que terá como tema o trabalho e o meio ambiente, pois é preciso internalizar esse debate e constituir um Grupo de Trabalho sindical que acompanhe diretamente estas questões". (Leonardo Wexell Severo) (*Agencia CUT, 29.01.2006*)

## A primeira grande revolução do século 21

"Você viu quem 'eles' nomearam para Ministro da Justiça?" Era a principal e mais significativa observação da direita ao novo ministério da Bolívia. Se pela primeira vez, em mais de 400 anos, um líder indígena assume a presidência do país, o gabinete tinha que ter uma cara totalmente distinta. Maioria de indígenas, militantes da luta contra a privatização da água e dos hidro-carburetos nos Ministério da água e da minas, militante aymara no da educação, mesmo não sendo um professor, entre outros.

Mas chama especialmente a atenção que uma mulher indígena, que iniciou sua vida laboral aos 13 anos como empregada doméstica, que foi vítima de violências, inclusive sexuais, se tornou militante sindical das empregadas domésticas, posteriormente presidente do sindicato e, como parlamentar eleita, obteve a aprovação da lei de proteção do trabalho das empregadas domésticas - tenha sido nomeada para esse cargo. Essa lei fixa o horário de oito horas de jornada, reconhece o direito a férias e a 13º salário, assim como seguro de saúde.

Ainda é minoritário o setor das empregadas sindicalizado, mas foi pelo menos um primeiro passo, de reconhecimento legal da profissão que, lá como cá, mais emprega a jovens e mulheres pobres. É a primeira escala no mercado de trabalho para quem chega do campo, no caso da Bolívia, caracterizada também pelo fato de serem indígenas, em geral muito jovens, tal como acontece aqui.

A nomeação para um cargo usualmente ocupado por advogados, doutores, bacharéis, juizes ou políticos de plantão, recaiu em uma mulher, indígena, jovem, dirigente do setor de empregadas domésticas, justamente porque busca proteger os mais desprotegidos e incorporar definitivamente a justiça do trabalho entre as funções essenciais da Justiça e do Ministério da Justiça - se querem portar com um mínimo de dignidade o nome de Justiça.

Essa mesma indignação nunca se manifesta quando banqueiros são nomeados para cargos econômicos, em que decidem, segundo seus critérios e conveniências, por exemplo, o salário da grande massa de trabalhadores. Parece que economia e justiça são coisas das elites dominantes. O povo que se contente com outros temas, periféricos e mais afins com seus supostamente parcos conhecimentos.

Mas esse aspecto não é o único que distingue o governo do primeiro líder indígena a dirigir a Bolívia. Evo Morales começa sua jornada todo dia às 5h e termina à meia-noite. A primeira reunião do ministério, realizada na quinta-feira passada, foi marcada e efetivamente se iniciou, às 6 da manhã. Tudo em obediência aos princípios fundamentais dos povos aymaras: "não roubar, não mentir, não ser preguiçoso". Um bom choque de produtividade e de transparência no Estado boliviano.

Além disso, Evo diminuiu seu salário, assim como de todos os ministros pela metade, a mesma iniciativa que seu partido - o MAS, Movimento ao Socialismo - propôs para os parlamentares, iniciativa que deve ser aprovada porque esse partido detém a maioria nas duas casas do Congresso. Esses recursos serão utilizados para elevar a verba de educação e especialmente para a campanha de alfabetização, para que a Bolívia possa, em três anos, juntar-se a Cuba e à Venezuela - que apóiam a essa campanha - como país livre do analfabetismo.

Uma rede pública nacional de rádios está sendo criada, inicialmente para viabilizar essa campanha, mas seguirá existindo, como contribuição à democratização dos meios de comunicação.

Se quisermos anotar outras diferenças, diremos que o governo de Evo Morales é o primeiro, no continente e no mundo, que foi eleito prometendo sair do modelo neoliberal e que já deu passos decisivos no que considera a criação de um Estado forte, para regulamentar a livre circulação do capital, mas também para fomentar a produção - centralmente a de pequenas e médias indústrias - , assim como para garantir o direito da grande maioria da população.

Por isso e por muito mais, Eduardo Galeano discursando para uma imensa multidão nesta semana em La Paz, anunciou que termina a ditadura do medo na Bolívia, aquela que nos impõe a falsa idéia de que não podemos construir um mundo diferente do existente. A Bolívia inicia a primeira grande revolução do século 21, uma revolução democrática, com ideologia indigenista e soberania popular. (*Jornal do Brasil, 29.01.2006*)

# Cinco anos em cinquenta

"Não se promove a grandeza de uma nação com escrúpulos cretinos"

Nelson Rodrigues

Há 50 anos, no dia 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek tomava posse como presidente da República do Brasil. Grande Juscelino! O seu lema, que traduzia muito bem o espírito do seu governo e, mais do que isso, o espírito do Brasil da época, ficou na nossa história: 50 anos em 5!

Hoje, o Brasil é outro. Parece que envelheceu prematuramente. Exibe todos os receios, as cautelas, os achaques, as queixas da idade avançada. Multiplicam-se os sintomas de perda de vitalidade e de autoconfiança. Por exemplo: quem dá as cartas no país, entra governo, sai governo, é a tribo tenebrosa dos economistas, especialmente aqueles que conseguem alojar-se no comando do Banco Central. Impera, conseqüentemente, o medo de crescer. Toda vez que a economia ameaça levantar a cabeça, o Banco Central se assusta e pisa forte no freio monetário.

No tempo de JK, os economistas não tinham o prestígio e o poder que viriam a adquirir depois. O Brasil nem tinha Banco Central! JK escutava os seus economistas, mas não se deixava dominar por suas preocupações senis com o equilíbrio e a estabilidade. Ele tinha a noção intuitiva de que desenvolvimento econômico não se faz sem desequilíbrios e instabilidade. Em outras palavras, ele sabia que o lema positivista, inscrito pelos republicanos na bandeira nacional, é intrinsecamente contraditório: não há progresso sem desordem.

Juscelino deixou a Presidência da República em 1961. Desde então, nunca mais conseguimos conciliar desenvolvimento com democracia. Foi desgraça atrás de desgraça. Atravessamos uma grave crise política e econômica nos anos 60. Tivemos 20 anos de ditadura militar. No início dos anos 80, a economia entrou em uma longa fase de semi-estagnação da qual ainda não conseguimos sair. A safra de presidentes civis foi pobre.

Quase se poderia dizer: depois de JK, foram 5 anos em 50!

A fama e a lenda de Juscelino repousam, em parte, no contraste com o que veio depois dele. Para a maioria dos brasileiros, o seu governo é uma referência marcante. Só um grupo minoritário, mas bastante influente, de economistas e banqueiros ecoa as críticas que a oposição udenista e economistas liberais, como Eugênio Gudin e Roberto Campos, faziam ao governo JK. Para esse grupo, que se orientava por teorias econômicas importadas dos EUA e da Europa, Juscelino era um "irresponsável", um presidente sem compromisso com a austeridade fiscal e o controle da inflação.

Nelson Rodrigues foi um dos que vocalizaram, já na época, a resposta a esse tipo de crítica. "Lançam a inflação na cara de Juscelino", escrevia ele em 1961. "Mas o Brasil estava de tanga, estava de folha de parreira, ou pior: com um barbante em cima do umbigo. Todo o Nordeste lambia rapadura. E vamos e venhamos: para um povo que lambe rapadura, que sentido têm os artigos do professor Gudin? Sempre existiram os Gudins e o povo sempre lambeu rapadura. Ao passo que o Brasil só conheceu um Juscelino".

Nada mais verdadeiro, nada mais profético. Os Gudins continuam por aí, aos montes, ensinando as suas lições importadas de estabilidade e responsabilidade.

E nunca mais apareceu um Juscelino.

Paulo Nogueira Batista Jr., 50, economista e professor da FGV- EAESP, escreve às quintas-feiras nesta coluna. É autor do livro "O Brasil e a Economia Internacional: Recuperação e Defesa da Autonomia Nacional" (Campus/Elsevier, 2005). E-mail: [pnbjr@attglobal.net](mailto:pnbjr@attglobal.net)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação  
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes  
[internacional@cnmcut.org](mailto:internacional@cnmcut.org)

<http://www.cnmcut.org.br>